

11º

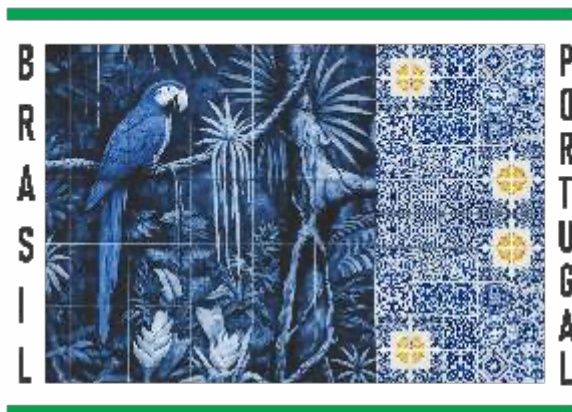


FIPA

FÓRUM INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

2026

11º



F I P A
FÓRUM INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

2026



Barra da Lagoa
Florianópolis / Santa Catarina



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

11º FIPA 2026 [livro eletrônico] : Fórum
Internacional de Patrimônio Arquitetônico 2026 /
[organização Maria Rita Amoros, Liliane
Janine Nizzola, Ana Carolina Gleria Lima]. --
Campinas, SP : Ed. dos Autores, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-02-33605-2

1. Arquitetura 2. Diversidade 3. Mineração
4. Mudanças climáticas 5. Patrimônio cultural
6. Planejamento urbano 7. Patrimônio arquitetônico -
Preservação I. Amoros, Maria Rita. II. Nizzola,
Liliane Janine. III. Lima, Ana Carolina Gleria.

26-391778.0

CDD-363.69

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio cultural : Memória e preservação
363.69

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB -
SP-010133/O

ORGANIZAÇÃO

Maria Rita Amoroso
Liliane Janine Nizzola
Ana Carolina Gleria Lima

REVISÃO

Marcelo Beso

Projeto Gráfico, Diagramação e Capas: CEDCAD Studio
Iconografia: Imagens licenciadas via Unsplash e Pexels
Finalização do Projeto: Julho de 2026

Os textos são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Proibida a reprodução parcial ou integral do livro sem consentimento dos autores.



Mercado Público de Florianópolis/SC
disponível na Wikipédia, licenciado sob CC BY-SA 4.0.

COORDENAÇÃO GERAL / ORGANIZAÇÃO

Arq. Urb. PhD Maria Rita S. de P. Amoroso Chair 11 FIPA

Coordenação Geral Brasil

Arq. Urb. PhD Maria Rita S. de P. Amoroso

Coordenação Geral Portugal

Prof .PhD Dr. Aníbal Costa e Arq^a PhD Alice Tavares

Comissão Executiva

Andrey Rosenthal Schlee - (Universidade Brasília - UNB - Brasil)

Maria Rita S. de P. Amoroso - (Universidade de São Paulo FAU/USP - FIPA-Brasil)

Liliane Janine Nizzola, (Politecnico di Milano/IPHAN – Brasil)

Sérgio Ferraz Magalhães - (Universidade Federal Rio de Janeiro /IAB /Brasil)

Suzana de Souza - (Presidente ACCR)

Kátia Bogeia - Pres. da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico - São Luís, MA - Brasil

Comissão de apoio a organização Florianópolis

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC)

Comissão Temporária CT- FIPA 2026

Marcelo Machado Rodrigues - Coordenador da CTFIPA-CAU/BR e Conselheiro Federal CAU/MA

Carlos Alberto Barbosa de Souza - Coordenador-adjunto da CTFIPA-CAU/BR e Presidente do CAU/SC

Carla Tames Alvarez - Coordenadora da CPUA-CAU/BR e Conselheira Federal CAU/RO

Arq. Urb. PhD Maria Rita S. de P. Amoroso - Coordenadora Geral do FIPA Brasil - Chair 11 FIPA

Eliane de Queiroz Gomes Castro - Conselheira Estadual CAU/SC

Comissão Científica

Adalberto Dias (FAUP – Portugal)

Alessandra Devitte, (UNIVAL, Universidade do Vale do Itajaí – Brasil)

Alice Tavares (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro – Portugal)

Ana Carolina Gleria Lima (PPG-FAUUSP, Universidade São Paulo – Brasil)

Ana Paula Amendoeira (ICOMOS – Portugal)

Ana Velosa (RISCO/CERIS, DECivil, Universidade de Aveiro – Portugal)

Andrey Rosenthal Schille (FAU UNB, Universidade de Brasília – Brasil)

Aníbal Costa (RISCO/CERIS, DECivil, Universidade de Aveiro – Portugal)

Anne Sotto (Univille, Universidade de Joinville – Brasil)

Antonio C.R. Lorette (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Poços de Caldas – Brasil)

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (FAUUSP, Universidade São Paulo – Brasil)

Bernardo Brasil (IFSC-Brasil)

Clara Magalhães (Universidade de Aveiro – Portugal)

Clara Vale (FAUP – Portugal)

Dalmo Vieira (UFSC, Universidade Federal Santa Catarina – Brasil)

Daniel Oliveira (Universidade do Minho – Portugal)

Diva de Mello Rossini, (Univali, Universidade do Vale do Itajaí – Brasil)

Douglas Emerson Deick Heidtmann Jr (UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina – Brasil)

Eduarda Vieira (Universidade Católica do Porto – Portugal)

Elisabete Moura (Divisão de Valorização e Conservação do Património da Assembleia da República – Portugal)

Hugo Rodrigues (RISCO/CERIS, DECivil, Universidade de Aveiro – Portugal)

Inês Flores - Colen (IST – Portugal)

João Carlos Santos (Ex. Diretor Geral da DGPC e Ex. Presidente do Património Cultural, IP – Portugal)

João Labrincha (CICECO, DEMAC Universidade de Aveiro – Portugal)

João Miranda Guedes (FAUP – Portugal)

João Paulo Schwerz (UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil)

João Serraglio Presidente IAB-Santa Catarina-Brasil

João Soalheiro (Património Cultural IP-Portugal)

Joaquim Teixeira (FAUP – Portugal)

Jorge Fernandes (UMinho – Portugal)

Katia Maria de Paula, (Centro Universitário Católica de Santa Catarina – Brasil)

Leandro Torres Di Gregorio (Departamento de Construção Civil, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil)

Leonardo Barci Castriota (ICOMOS – Brasil)

Lilian Fabre, (UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina – Brasil)

Liliane Janine Nizzola, (Politecnico di Milano/IPHAN – Brasil)

Luciana Bongiovanni Martins Schenk (IAU- São Carlos – SP - Universidade São Paulo USP – Brasil)

Marcos Tognon (IFCCHI – Universidade Estadual Campinas - UNICAMP-Brasil)

Maria Jose Feitosa – Universidade de São Paulo USP –Brasil

Maria Fernandes (Património Cultural IP – Portugal)

Maria Rita Silveira de Paula Amoroso (PPG-FAUUSP, Universidade São Paulo – Brasil)

Mariana Banea (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro – Portugal)

Miguel Malheiro (FAAULN- Porto/ CITAD – Portugal)

Miriam Carbonera, Arqueóloga. (Unochapecó – Brasil)

Nuno Valentim (FAUP – Portugal)

Paula Seabra (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro – Portugal)

Paula Silva (Arquitectura – Portugal)

Paulo Cachim (RISCO/CERIS, DECivil, Universidade de Aveiro – Portugal)

Paulo Lourenço (Universidade do Minho – Portugal)

Pedro Sobral de Carvalho (EON – Portugal)

Prof. Dr. Ronaldo A.Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC – Brasil)

Ricardo Magalhães (Rota do Românico – Portugal)

Rosário Correia Machado (Rota do Românico – Portugal)

Rosário Veiga (Laboratório Nacional de Engenharia, LNEC – Portugal)

Rui Póvoas (FAUP – Portugal)

Rui Silva (Diretor do Departamento de Engenharia de Materiais e Cerâmica Universidade de Aveiro, Portugal, CICECO – Portugal)

Telma Ribeiro (DAM Gallaecia, UPT – Portugal)

Teresa Ferreira (FAUP – Portugal)

Vasco Peixoto de Freitas (FEUP – Portugal)

Virginia Gomes de Luca (UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina –Brasil)

Vladimir Stello, (UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina – Brasil)

Violeta Kubrusly (FAU USP - Brasil)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	10
Maria Rita Silveira de Paula Amoroso FIPA/Brasil	12
Alice Tavares, Aníbal Costa CAU/BR	16
INSTITUCIONAIS	18
Patrícia Serques Herden FIPA/Portuga CAU /BR	20
Carlos Alberto Barbosa de Souza CAU/SC	22
IPHAN	24
Nuno Sampaio - Casa da Arquitetura	26
Andrey Rosenthal Schlee, Prof. Titular da Universidade de Brasília	28
Kátia Bogéa - FUMPH	30
EIXO 1: A DIVERSIDADE NAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	35
Do outro lado do espelho: Desafios e oportunidades na gestão do patrimônio cultural em Portugal	37
Ana Catarina Sousa	
Por uma outra periodização	39
Andrey Rosenthal Schlee	
Avaliação de manifestação patológica causada por umidade: Análise de trecho do revestimento da Antiga Faculdade de Medicina UFRGS	43
Francisca Larah Vasconcelos Araújo Paz , João Pedro Dalberto de Cesaro, Pedro Roveda de Brum, Fernanda Lamego Guerra, Daniel Tregnago Pagnussat	
Cacimba do Povo: O chafariz público em uma vila do semiárido nordestino	46
Gerson Amaral Lima	
Percepção da paisagem urbana e análise da arquitetura no Centro Histórico de Laguna/SC como ferramenta de ensino	55
Liriane Baungratz, Lilian Louise Fabre Santos	
Patrimônio em movimento: Diversidade de ações culturais no processo de preservação do Casarão da Dona Lóquinha	61
Suzana de Souza, Fernanda Aidê Seganfredo do Canto, Sônia Marisa Melim Rocha	
Patrimônio como Experiência Integrada: Abordagem Estratégica em Patrimônio Histórico e Cultural e a Formação do Arquiteto	66
MSc Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe, DSc Carolina Maria de Araujo Martins Silva, Dsc Érico Araújo Peixoto	
A cartografia e seus símbolos: Os mapas do maranhão no acervo da biblioteca nacional do Rio de Janeiro	72
Grete Pflueger	
O que resta quando o patrimônio desaparece?A capela do rosário, o vazio e a memória negra em Laguna/SC	78
Guilherme Olivier de Aguiar Flausino, Amanda Schüler Bertoni, Carolina Stolf Silveira , Claudione Fernandes de Medeiros	
A diversidade portuguesa nas fortificações da amazônia brasileira: o caso da fortaleza da barra, em Manaus/AM	86
Graciete Guerra da Costa	
Museu de território Cânion do Poty: Patrimônio arqueológico, memória e preservação cultural em Buriti dos Montes/PI	92
Laline Mendes Araújo, Hanna Morganna de Deus Alves, Jéssica Santiago Correia, Isadora Mendes Lins	
Igreja Matriz São Luís Gonzaga de Brusque/SC: A (re)construção do projeto	98
Rudivan Luiz Cattani, Bárbara Heliodora Alves d'Acampora, Marcellus Oliveira de Aguiar, Thiago Borges Mendes, Rutnoemi Luisa Castillo Quijada	
Educação patrimonial e construção de pertencimento: Práticas de transmissão do patrimônio cultural em Santa Tereza - RS	104
Patrícia Pasini	
Entre materialidade e Imaterialidade: O terreiro de mina Dois Irmãos como patrimônio cultural	110
Bianca Góes Pantoja, Orientador: Luan Cavaleiro	
Projeto de Restauro do Conjunto Arquitetônico Franciscano em Itanhaém.	114
Regina Helena Vieira Santos	

Patrimônio vivo tupiniquim-guarani: O Centro Cultural Indígena e Contemporâneo de Aracruz-ES (CUIA) Como Instrumento de reconhecimento e Transmissão de Identidades	120
<i>Natalha Vaz</i>	
Entre vestígios e visitantes: Turismo arqueológico e preservação patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara	127
<i>Alessandra Devitte, Diva de Mello Rossini</i>	

EIXO 2: A DIVERSIDADE NAS FORMAS E DIAGNÓSTICO DAS PATOLOGIAS EDILÍCIAS

134

A Cal de Sambaqui da Fortaleza da Barra Grande - Guarujá (Brasil)	136
<i>Alice Tavares, Maria Rita Amoroso, Clara Magalhães, Aníbal Costa</i>	
Entre Sambaquis, Fortificações e Memórias: Arqueologia como prática de mediação em projetos de restauro	142
<i>Wagner Magalhães, Elaine Alencastro</i>	
Igreja Matriz de Pirenópolis, 20 anos após seu restauro: Novos desafios e novas perspectivas	152
<i>Belisa Evangelista, Joaquim Teixeira</i>	
Sistemas estruturais em edificações históricas: A combinação de métodos tradicionais e digitais na preservação do patrimônio edificado da Fiocruz	158
<i>Belchior Fernandes Lopes, Barbara Cortizo de Aguiar, Patrícia Cavalcante Corde</i>	
Diagnóstico patológico e proposição projetual para o Conjunto Irmãos Stoltenberg: Patrimônio rural teuto-brasileiro em Vidal Ramos (SC)	164
<i>Isabel Boing Barni, Laura Bahia Ramos Moure</i>	
Diagnóstico de obra brutalista: Uma abordagem teórica e metodológica empregada na casa escritório Hans Broos (São Paulo, 1971/ 1978)	172
<i>Alcília Afonso de Albuquerque e Melo</i>	

EIXO 3: A DIVERSIDADE NAS FORMAS DE RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

184

Um mergulho no potencial da cidade de Gramado, na busca de novas estratégias para seu crescimento econômico, frente aos desastres naturais: movimento do solo e intempéries	192
<i>Maria José Gomes Feitosa</i>	
Patrimônio em Disputa: Repensando o Patrimônio Modernista por Meio da Resiliência Urbana	198
<i>Alessandra Branco Moreira</i>	
Do mar à cidade: Regeneração da Orla do Mar Grosso, Laguna/SC como estratégia de resiliência climática e proteção do patrimônio costeiro	204
<i>Vitória Kallenberger Parzianello, Claudione Fernandes de Medeiros</i>	
Paisagem Cultural da Serra Catarinense. Patrimônio ameaçado	210
<i>Ana Alice Miranda Duarte</i>	
Patrimônio edificado em um clima de transformação: desafios da restauração contemporânea frente às mudanças climáticas	216
<i>Aline de Gusmão Ronchetti Kist</i>	
Patrimônio como recurso climático: moradias históricas e resiliência urbana no interior paulista.	217
<i>Ana Carolina Gleria Lima, Natalia Cappellari de Rezende</i>	

EIXO 4: A DIVERSIDADE NAS FORMAS DE RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

222

Mineração e Patrimônio Cultural	224
<i>Ana Alice Miranda Duarte</i>	
Patrimônio e Paisagem Minerária: o Reconhecimento como Estratégia para o Fechamento de Mina	228
<i>June Elaine Minomi, Flávio de Lemos Carsalade</i>	
A interveniência do IPHAN no Licenciamento Ambiental: uma cartografia das controvérsias da mineração na cidade de Serro	232
<i>Daniela Lorena Fagundes de Castro</i>	

ORGANIZADORES / PARCERIA INSTITUCIONAL

236





PREFÁCIOS



Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos
Florianópolis, Santa Catarina,

**Maria Rita Silveira de Paula Amoroso**

Coordenadora Geral FIPA Brasil –LAB Campinas - Pesquisadora pós doc FAU USP, Vice Presidente IFP-Instituto Fazendas Paulistas, Presidente DPA Ltda

Em 2026 o Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal – FIPA – chega a sua 11a edição, mais de uma década de importantes realizações (ver <https://www.fipabrasil.com.br/>). Sediado na cidade de Florianópolis (Brasil, estado de Santa Catarina), na presente edição o fórum segue em consonância com o diálogo entre as arquiteturas brasileira e portuguesa no contexto da paisagem urbana e também das paisagens cultural e natural. De início gostaria de ressaltar o desejo de que cada vez mais pessoas se juntem a nós nessa trajetória, ampliando a rede de conhecimento compartilhado e colaborações, necessárias para avançar ainda mais nas reflexões, nas pesquisas e nas trocas de experiências e expertises, fortalecendo o conhecimento compartilhado e abrindo novos caminhos para a compreensão e a valorização dos patrimônios.

Dando prosseguimento a uma conversa que atravessa tempos e lugares, o conhecimento histórico dos patrimônios não nos prende ao passado; ao contrário, oferece matéria para que o presente se reinvente e o futuro possa ser pensado com mais criatividade, consciência e abertura à inovação. Assim nos posicionamos, tal qual o simbolismo de uma ponte originária/contemporânea que permite o acesso ao conhecimento da história em forma de diálogos significativos, evolutivos, desafiadores, no exato momento em que reafirmam uma identidade articulada e renovadora comum, atravessada enquanto constante território da cooperação humana ainda capaz de salvaguardar o caminho da diversidade: ponte entre memórias, ponte entre margens, ponte para o futuro.

Esta é a estrada percorrida pelo fórum em mais de uma década de diálogo aberto entre instituições, sociedade civil e comunidade técnica e científica, reunindo à mesma mesa aqueles que guardam a herança cultural construída, aqueles que a estudam e aqueles que a vivem. Após a última e excelente edição do Fórum realizada 2025 em Portugal, na Universidade de Aveiro, com o tema “Valorização do Território para a promoção e preservação do Patrimônio Cultural”, o 11^o FIPA se propõe com o tema central, evocando em 2026 a Pluralidade e a Amplitude da questão patrimonial em uma proposta interdisciplinar bem articulada, representada nos subtemas que compõem a programação dos três dias do fórum. Agenda esta que, em sua multiplicidade de perspectivas, invoca urgentemente a responsabilidade pela Humanidade e pelo planeta pleiteando a riqueza de diferenças; por sua vez, o foco se encontra na análise dos desafios e na discussão de soluções que, mediante as medidas de preservação em cenários de transformação, possam efetivamente reafirmar o intercâmbio de conhecimento como fundamental para a proteção do meio ambiente e do patrimônio. Não parece haver, neste momento histórico, alternativa ética e intelectualmente defensável senão a de insistir na construção de bases contemporâneas capazes de responder aos desafios do nosso tempo — alicerces resilientes, matérias sustentáveis e adaptadas às transformações climáticas em curso, à reboque das novas tecnologias que, para dizer o mínimo, devem ser usadas com consciência pelo ser humano. Pois é fato que um tal compromisso com a manutenção da diversidade em meio à inovação que nos chega, cada vez mais rápida e desafiadora – a qual é preciso entender, conhecer e avaliar –, esta exige além da formulação de novas estratégias de desenvolvimento, também uma postura crítica diante de modelos de governança de gestos públicas e privadas incapazes de conduzir sociedades e nações, por vezes, rumo a horizontes coletivos viáveis e socialmente justos.

Diante da complexidade das crises ambientais, sociais e culturais que marcam o século XXI, torna-se imperativo reconhecer que múltiplos caminhos permanecem abertos à humanidade. Entretanto, poucos desses caminhos parecem destinados a concretizar-se de forma efetivamente positiva, infelizmente, diante da permanência de modelos políticos que, desde o século passado, se alimentam de discursos marcados pelo preconceito, pela intolerância e pela busca do poder dissociada de uma consciência da alteridade. Ao reforçarem divisões, exclusões e antagonismos, tais perspectivas comprometem a convivência entre culturas diversas, condição indispensável para uma experiência humana mais aberta, evolutiva e orientada para o diálogo. Em contraposição às lógicas da competição permanente, da militarização e das estratégias geopolíticas e financeiro-bélicas que alimentam o medo e a insegurança, torna-se necessário reafirmar valores capazes de sustentar um devir coletivo pautado pela cooperação, pelo reconhecimento mútuo e pela construção de futuros mais justos, pacíficos e compatíveis com os desafios do nosso tempo – quais sejam, assegurar condições de permanência, coexistência e evolução em harmonia com o planeta, respeitando os limites ecológicos e as responsabilidades intergeracionais. Cabe-nos ainda e sempre, portanto, fortalecer a capacidade de imaginar e construir futuros possíveis, orientados por uma visão de longo prazo que articule conhecimento, inovação, memória e compromisso com a vida, no tempo e no espaço que nos foram legados e que, de nossa parte, transmitiremos às gerações futuras – nosso compromisso, nossa alegria, satisfação no trabalho de coletivização dos modos de ser e estar no mundo.

nte onde o horizonte é aurora.m presente valente, espaço de trocas, tempo diversificado, o hoje de outrora, pra seguirmos em frente onde o horizonte é aurora.

Através de planejamentos sustentáveis e comportamentos resilientes propomos em 2026 a continuidade de um trabalho de inclusão de diferentes perspectivas e realidades em ambientes em constante concorrência nos quais, a rigor, enquanto se articula o discurso green de caráter produtivo e “livre” em escala industrial com competitividade internacional, insiste menos no uso consciente dos recursos naturais e da matéria prima exclusiva e dá prioridade à elevada capacidade produtiva cuja meta rentável norteia as negociações. Este modelo engessado de “progresso a qualquer preço”, que se impõe hoje em dia de maneira autoritária frente à sociedade civil, termina por se justificar perante as dificuldades econômicas e o custo de vida em crescimento após (e para se restringir a eventos pontuais e globais) a superação da pandemia e o imediato advento de intermináveis conflitos como a guerra entre Rússia e Ucrânia, e também o cenário geopolítico e militar no Oriente Médio que conecta as frentes de combate na Faixa de Gaza e no Líbano a um conflito mais amplo de grandes proporções. Importante notar que, dentro deste cenário político-econômico algo brutal, este modelo incompatível para a vivência de grande parcela das populações das nações ao redor do globo tem-se justificado, entre artimanhas dos discursos jornalísticos e propagandísticos, mediante uma massificação do pensamento e das opiniões vinda a cabo, agora, por meio do uso da inteligência artificial – sobretudo usada através de ferramentas de comunicação – assistida como a próxima solução ou “salvação” para os problemas da humanidade no dia a dia de nossas sociedades, o qual se precariza na perda do pensamento criativo e crítico. A difusão das tecnologias de IA nas diversas esferas da vida social tem sido apontada, enfim, como a grande responsável pela desagregação de referências culturais comuns e o progressivo enfraquecimento dos valores coletivos, e, sob a promessa de conexão e eficiência, corrói silenciosamente as formas de convivência e pertencimento que, por gerações e tal qual raízes profundas, mantinham unidos os indivíduos em uma mesma comunidade de sentidos.

“Tudo que é sólido desmancha no ar” diria Marshall Berman (na esteira de Karl Marx), e, de fato, todo este conjunto de características paradoxais tende a confundir o entendimento do contexto histórico moderno mais recente, do qual inevitavelmente viemos e que se inscreve na realidade enquanto raízes mais ou menos sólidas. Décadas atrás, quando os avanços tecnológicos contribuíram para a chegada da era da informação – sobretudo os múltiplos acessos à ela devido às novas e mais simples ferramentas – ocorreram transformações extremamente positivas de um lado, como a democratização dos meios de comunicação, por exemplo; de outro lado, a experiência de convívio comum com o contato alienante de uma deliberada sabotagem da verdade (fake news, por exemplo, já anunciada na ficção do pós-guerra de George Orwell) resultou em vivências contraditórias, imorais ou intolerantes, instaurando comunidades menos solidárias e mais injustas por fim. Mais grave ainda, os interesses das superpotências na manutenção da hegemonia global mediante um poder multidimensional, reforçou as atividades – e, sobretudo, as economias bélicas – justamente após a superação “coletiva” da tragédia não anunciada do COVID-19, que atingiu pessoas de todas as classes e condições sociais. Este olhar geral na atualidade nos dá uma ideia de quão árduo continuará a ser o trabalho em prol do patrimônio e da paisagem urbana, cultural e natural: parodiando a grande ex-chanceler alemã Angela Merkel, “Problemas internos e externos podem acontecer em qualquer nação ou empresa. Saber como superá-los por meio de pragmatismo, análise e comunicação é dever de todo líder.” pragmatismo, análise e comunicação

Ato contínuo, e este é o ponto aqui, no momento é de essencial relevância discutirmos no Brasil a exploração irresponsável de metais raros, juntamente ao uso dos recursos hídricos provenientes de fontes naturais, especificamente no tocante ao estado de Minas Gerais, território este de cenários trágicos no passado próximo, quando dos dois maiores desastres socioambientais da história do país causados pela atividade de mineração e decorrentes rompimentos das barragens de Fundão, em Mariana (2015), e da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (2019).

Se a era da industrialização marcou a passagem para uma economia baseada na produção mecanizada, iniciada no final do século XVIII e caracterizada pela mecanização, urbanização e crescimento das indústrias, posteriormente a era da comunicação expandiu-se sobretudo nos séculos XIX e XX, com o desenvolvimento de meios como o telefone, o rádio e a televisão, acelerando a circulação global de informação. Já a era das tecnologias digitais em que vivemos atualmente (a partir do final do século XX e início do século XXI) é definida pela internet, pela computação e, mais recentemente, pela inteligência artificial, transformando profundamente os modos de produção, comunicação e organização da sociedade. Urge, pois, um posicionamento operacional sem precedentes, na atual conjuntura deste contexto brasileiro, frente a exploração de metais raros sem adequada salvaguarda ambiental, a qual tem suscitado preocupações significativas devido aos seus impactos sobre os ecossistemas, nomeadamente através da degradação de habitats, da contaminação de solos e recursos hídricos e da crescente pressão sobre os territórios e comunidades locais. Paralelamente, a utilização intensiva de recursos hídricos provenientes de fontes naturais acentua os desafios associados à gestão sustentável da água, evidenciando a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e proteção dos recursos naturais, de modo a assegurar a sua disponibilidade e resiliência para as gerações futuras.

E o FIPA deste ano é terreno propiciatório para debatermos as soluções de extrema necessidade para salvar a Heterogeneidade local nacional, sempre como exemplo a ser posto em prática em uma abrangência de perfis, experiências ou abordagens úteis sobretudo para o respeito com problemas de origem autóctones em Portugal também, como de resto ao redor de todo o planeta, seja nas realidades mais autoritárias, seja nas barreiras que impedem a empatia cultural em ciclos de vida natural.

Dito isso, e porque a “Ilha da Magia” (como é chamada Florianópolis) se internacionaliza neste 11º FIPA mediante a presença de uma comunidade heterogênea de arquitetos, urbanistas, pesquisadores e acadêmicos, para além do interesse comum no patrimônio arquitetônico – advindo, como nas demais edições anteriores, das teorias e das boas práticas trazidas por especialistas e, como visto, representadas pelas principais instituições que compõem, apoiam e participam ativamente desta edição do evento –, ousamos inserir uma mesa-redonda no fórum deste ano para debater isoladamente a questão da mineração de metais raros no Brasil atual – especialmente de terras raras, lítio, nióbio, grafita e outros minerais considerados estratégicos para a transição energética e as tecnologias digitais –, os quais são frequentemente associados à chamada “economia verde”, embora sua extração pode reproduzir impactos ambientais semelhantes aos observados em outras atividades minerárias. Este é mais um exemplo de nosso comprometimento com o pensamento resiliente necessário para se discutir a salvaguarda do patrimônio natural na contemporaneidade, o qual, afinal, compõe o conjunto patrimonial histórico e cultural de todas as nações do globo. Mais do que nunca, torna-se imperativo reforçar mecanismos de proteção e gestão sustentável dos recursos naturais, garantindo que o desenvolvimento econômico não comprometa a integridade ambiental nem os direitos das populações afetadas.

Não se trata de impedir o fortalecimento de indústrias nacionais que estabelecem parcerias com agentes estrangeiros, nem de dificultar o crescimento econômico e social de comunidades situadas fora dos grandes centros urbanos. Pelo contrário, o desenvolvimento dessas regiões pode representar oportunidades importantes de geração de emprego, renda e infraestrutura. Contudo, esse processo deve ocorrer de forma responsável, considerando as particularidades locais e garantindo que os benefícios sejam distribuídos de maneira justa, especialmente em contextos onde os mecanismos de proteção social e de participação pública podem ser menos consolidados do que aqueles observados em centros urbanos mais populosos. No âmbito dos empreendimentos industriais e da exploração mineral no Brasil, como de resto em outros países, a estrutura operacional requer avaliação prévia criteriosa e fundamentada, condizente com a necessária capacidade de articular tecnologias avançadas com a abundância de recursos naturais disponíveis, em quaisquer atividades a serem implementadas em território público, de modo a promover um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e equidade social.

Certamente, a geração de novos postos de trabalho, o estímulo às economias locais e a promoção de uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos constituem objetivos fundamentais. Concomitantemente, devemos exigir que tais processos sejam conduzidos em estrita observância à legislação nacional, assegurando a efetividade dos direitos civis e sociais. Nesse contexto, torna-se imprescindível que as parcerias com agentes estrangeiros sejam pautadas por elevados padrões de responsabilidade e transparência, assim como que as próprias instituições encarregadas da implementação dos empreendimentos industriais e da fiscalização de suas atividades – e consequente conservação – atuem de maneira ética, eficiente e em conformidade com os princípios do interesse público.

Assim como ocorre em outras economias contemporâneas, o Brasil enfrenta o desafio estratégico de conciliar desenvolvimento econômico, aproveitamento de recursos naturais e responsabilidade socioambiental. Embora, numa perspectiva realista, tal cenário pareça pouco provável face à atual conjuntura político-econômica nacional — marcada, não raras vezes, pela subordinação do interesse público a interesses privados, fenómeno particularmente evidente em economias emergentes —, é imperativo manter uma postura otimista e, acima de tudo, agir de forma determinada para superar este desafio. A transformação exige vontade política, compromisso coletivo e uma atuação firme de todos os atores envolvidos, sob pena de perpetuarmos os obstáculos que limitam o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

Por fim, gostaria de lembrar que, como arquiteta urbanista brasileira e defensora do patrimônio universal, vejo o 11º FIPA – 2026 como a continuidade viva de um diálogo iniciado em 2014, onde Brasil e Portugal se reencontram para pensar, juntos, a preservação e o futuro patrimonial. Reunidos em uma cidade singular, única no mundo, presença viva da diversidade onde a paisagem natural se entrelaça com a memória açoriana e a arquitetura vernacular, o território torna-se reflexão e desafio, entre crescimento urbano, turismo, sustentabilidade e humanidade. Sob a égide das Diversidades, reúnem-se agora vozes diversas para reforçar o património como identidade, ligação social e horizonte comum de futuro.

O 11º FIPA aí está, 21, 22 e 23 de julho de 2026 em Florianópolis. O futuro é agora, e nosso passado também será, ainda que ressignificado em tantas formas e meios, seremos artífices da valência cultural, de um presente valente, espaço de trocas, tempo diversificado, o hoje de outrora, pra seguirmos em frente onde o horizonte é aurora.





Alice Tavares

Coordenadora geral FIPA Portugal, CICECO, Depart. Engenharia de Materiais e Cerâmica da Universidade de Aveiro, Presidente APRUPP, P3R, Ltda

Aníbal Costa

Coordenador geral FIPA Portugal, CERIS, Depart. Engenharia Civil

O fórum Internacional do Património Arquitetónico (FIPA) Brasil Portugal revela em cada ano os temas precursores de necessidade de ação do futuro próximo, em torno do Património Cultural e mais especificamente o Património Arquitetónico. Numa leitura holística que integra a coesão social, os modelos de desenvolvimento e a sustentabilidade (cultural e ambiental). Lendo cada livro do FIPA, um ano em Portugal e outro ano no Brasil, fica-se com a percepção do como o debate em torno do Património se tem desenvolvido, a variação de temas abrangidos, desde a Educação ao conhecimento das boas práticas de intervenção e salvaguarda, à necessidade de qualificar os técnicos, mas também integrar o conhecimento científico nas metodologias de intervenção e avaliação do Património edificado antes da decisão, passando pelo respeito da diversidade cultural, com sucessos e insucessos em ambos os países. Até recentemente, esta procura de temas de interesse bilateral, centrava o debate nos problemas internos e no diálogo com as entidades públicas responsáveis pela defesa do Património e pela sua valorização.

O mundo resolveu mudar. O primeiro sinal foi a reação à pandemia Covid 19 que em 2020 trouxe com grande impacto mundial a noção de perigo, testando a preparação de cada Estado para enfrentar uma onda global, que não olhou a fronteiras, nem classes e atingiu a população sem olhar a Culturas. Seguiu-se a guerra na Ucrânia com uma devastação brutal, que continua. A atenção mundial dividida entre cenários de guerra enfrenta agora a visão igualmente brutal da devastação de Gaza e mais recentemente de parte do Líbano. Se no Covid 19 era recomendado às pessoas ficarem em casa, esperando impotentes as notícias pelos meios de comunicação social, os atuais cenários de guerra voltam a trazer a ideia do quanto os valores importantes se afastam da Humanidade. Os valores que queremos preservar para o nosso futuro - a solidariedade, o respeito, a empatia, a justiça – estão a deixar para segundo plano o Património Cultural, base identitária de regiões e países. O lado Humano, os séculos de vivência de gerações, que nenhuma Inteligência artificial poderá substituir.

Em Portugal luta-se contra o tempo para que as obras, com financiamento da União Europeia, sejam finalizadas dentro do prazo, julho de 2026, a data do 11º FIPA, no que representa uma das maiores ações de intervenção de preservação do Património ocorrida no país. O futuro deverá trazer: o planeamento da valorização social em torno do Património classificado; o planeamento da gestão de financiamento para que seja acessível a todos; a conservação anual; a comunicação do valor desse Património com forte ligação à Educação das crianças e dos pais. Em fase de encerramento de uma etapa, já se vislumbra a seguinte, muito mais exigente e difícil, a desafiar os limites à liberdade e à cidadania, em pré-globalização da IA. As assimetrias territoriais, são também assimetrias sociais e ao acesso à Cultura e ao Património Arquitetónico. Estes sucessivos financiamentos têm sido reduzidos para as regiões do Interior do país, englobam a retirada de infraestruturas fundamentais desde a Saúde à Educação, para a vida das populações, tornando-as mais dependentes de ciclos políticos e sobretudo mais vulneráveis à instalação de funções incompatíveis com a qualidade de vida, como são as minas de lítio a céu aberto, as estações com centenas de hectares de painéis fotovoltaicos e eólicas. Sob a capa da necessidade de energias “verdes”, pelo país e pela União Europeia, instala-se nos territórios afastados das metrópoles de decisão, a consequência das populações a sacrificar. Como numa guerra, quando se atinge o corte de ligação umbilical ao território e à Cultura, o Património não sobrevive para as gerações futuras. Este é o desafio atual que deve mobilizar a cidadania.





INSTITUCIONAIS



Praia da Joaquina
Foto João C. Barros



Deyvesson Gusmão

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Esta publicação reúne os melhores trabalhos apresentados no 11º Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal. Ao promover o encontro entre pesquisadores, profissionais, estudantes e instituições dos dois países, o Fórum reafirma a importância do diálogo, da produção de conhecimento e da cooperação internacional para o fortalecimento das políticas de preservação do patrimônio cultural.

A parceria entre o Iphan e o Fórum, consolidada ao longo de mais de uma década, demonstra que a preservação do patrimônio se fortalece quando diferentes experiências, saberes e perspectivas se encontram. A publicação dos artigos amplia o alcance desse debate, registra importantes reflexões sobre os desafios contemporâneos da preservação e contribui para a circulação do conhecimento produzido no campo do patrimônio arquitetônico.

Que esta obra inspire novas pesquisas, fortaleça os laços entre Brasil e Portugal e incentive a construção de soluções cada vez mais qualificadas para a proteção do patrimônio cultural. Preservar nosso patrimônio é preservar a memória, a identidade e os valores compartilhados por nossas sociedades, reafirmando o compromisso coletivo com a transmissão desse legado às futuras gerações.



Casarões históricos de Laguna/SC
foto Gabriela Carvalho de Moura

Patrícia Sarquis Herden

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

Receber a 11ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil–Portugal (FIPA), em Florianópolis, Santa Catarina, é motivo de grande satisfação para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), ainda maior para mim, por ser a representante federal deste estado. A realização deste evento representa a concretização de uma candidatura construída com diálogo, compromisso e articulação entre academia, poder público e atores do Patrimônio, apresentada em 2025 em Portugal e acolhida como oportunidade de fortalecer o intercâmbio de conhecimentos e experiências voltados à preservação do patrimônio cultural nesta ilha de cultura açoriana.

O FIPA amplia o debate sobre os desafios contemporâneos da conservação e do restauro e reafirma a importância do patrimônio arquitetônico desses dois países como expressão da história das comunidades e de seus territórios.

Nesse contexto, o tema “Diversidades” assume especial relevância. O patrimônio cultural é material e imaterial, constituído por múltiplas manifestações presentes nas edificações, nas paisagens, nas técnicas construtivas e nas formas de fazer que atravessam gerações e ajudam a construir a memória coletiva. Reconhecer essa pluralidade significa compreender que sua preservação depende desta multiplicidade.

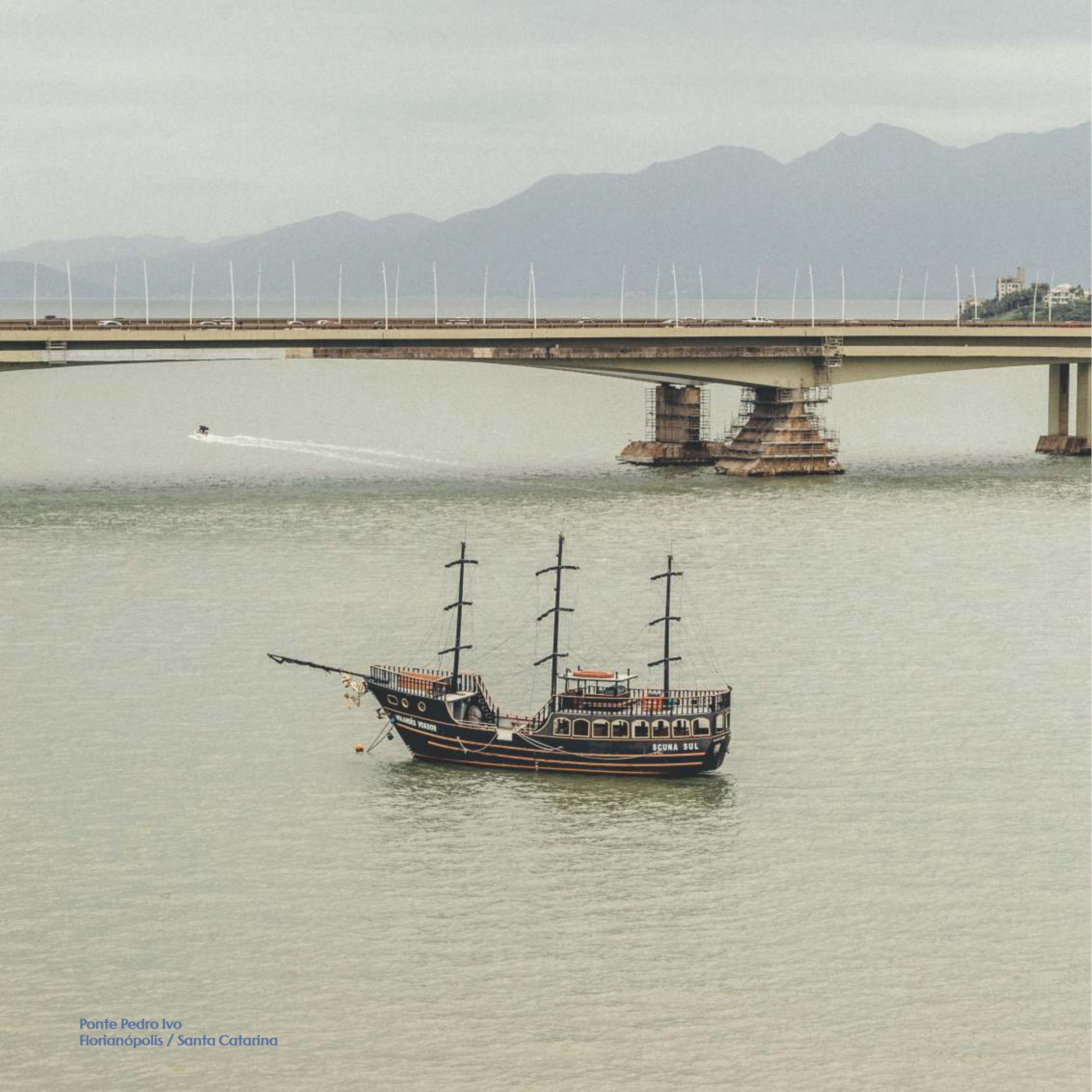
Nesta edição, as diferentes abordagens para o diagnóstico das patologias edilícias, as estratégias de resiliência diante das mudanças climáticas e os instrumentos de avaliação dos impactos ambientais demonstram que a proteção do patrimônio cultural envolve desafios complexos, que exigem respostas integradas e soluções compatíveis com cada realidade.

Por essa razão, proteger o patrimônio depende da contribuição de diversas áreas do conhecimento. Arquitetos e urbanistas, restauradores, arqueólogos, pesquisadores, engenheiros, historiadores e gestores públicos de diversas áreas ajudam para a construção de práticas qualificadas de conservação e restauro.

Ao longo da sua história, o FIPA consolidou-se como um espaço de cooperação entre Brasil e Portugal, promovendo o compartilhamento de experiências e de boas práticas no campo do patrimônio. Em um cenário marcado por transformações ambientais, urbanas e tecnológicas, o diálogo entre diferentes países, instituições e profissionais torna-se essencial para a construção de novos caminhos para a preservação.

Para o CAU/BR, contribuir para a realização desta edição reafirma o compromisso da arquitetura e urbanismo com a valorização da cultura e da memória.

Que as ideias compartilhadas nestas páginas inspirem novas ações, fortaleçam esses múltiplos saberes e reafirmem a diversidade como elemento para a preservação do patrimônio cultural.



Ponte Pedro Ivo
Florianópolis / Santa Catarina

Carlos Alberto Barbosa de Souza

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC

Estado diverso e a riqueza da memória construída

Quando a capital catarinense foi escolhida para sediar a 11ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil–Portugal (FIPA 2026), recebemos essa missão com muito orgulho e responsabilidade. Vimos a oportunidade de aproximar o debate sobre patrimônio cultural das pessoas, percorrer o Estado e construir um legado que permanecesse para além dos dias do Fórum.

Essa trajetória começou ainda em maio de 2025, durante a realização do 10º FIPA, na Universidade de Aveiro, em Portugal. Na ocasião, tive a honra de integrar a missão brasileira ao lado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), e lá estivemos com os coordenadores do FIPA em Portugal, os professores Aníbal Costa e Alice Tavares, e com a coordenadora-geral do FIPA Brasil, Maria Rita Amoroso. Na cerimônia de encerramento, anunciamos oficialmente que Florianópolis sediaria a edição de 2026, reforçando os laços de cooperação em torno da preservação do patrimônio cultural.

A partir desse compromisso, o CAU/SC iniciou uma intensa agenda de encontros preparatórios em diferentes regiões catarinenses. Promovemos caminhadas patrimoniais, visitas técnicas guiadas e palestras em nove cidades, aproximando arquitetos e urbanistas, estudantes, pesquisadores, gestores públicos e comunidades do patrimônio arquitetônico de seus territórios.

Percorremos centros históricos, museus, igrejas, praças e edificações que ajudam a contar a história do Estado. Mais do que conhecer esses espaços, encontramos pessoas comprometidas com sua preservação, compartilhando conhecimentos, experiências e histórias que revelam a riqueza da memória construída.

Essa experiência reafirmou que o patrimônio cultural vai muito além das edificações. Ele está presente nas técnicas construtivas, nas paisagens, nas tradições, nos saberes transmitidos entre gerações e, principalmente, no sentimento de pertencimento que une as comunidades aos lugares onde vivem.

Em Santa Catarina possuímos uma diversidade significativa, com influências açorianas, italianas, alemãs e ainda das tradições tropeiras, dos povos indígenas e da matriz afro-brasileira. Uma pluralidade que reflete diretamente nas festas, costumes, gastronomia e, claro, na arquitetura.

Essa característica também inspira o tema da 11ª edição do Fórum: **Diversidades**. O evento propõe uma reflexão sobre as múltiplas formas de compreender, preservar e valorizar o patrimônio cultural, abordando temas como as diferentes manifestações patrimoniais, os métodos de diagnóstico e conservação, a resiliência frente às mudanças climáticas e a avaliação dos impactos ambientais sobre os bens culturais.





Compreender o presente. Inspirar o futuro

Vivemos um momento particularmente desafiante para o património arquitetónico. Num mundo marcado por rápidas transformações ambientais, tecnológicas, económicas e sociais, a arquitetura não é apenas um legado do passado. O património é, hoje, uma ferramenta para compreender o presente e construir o futuro. É memória, mas também é projeto. É materialidade, mas também é conhecimento.

A Casa da Arquitetura nasceu precisamente desta convicção. Ao reunir um dos grandes acervos de arquitetura contemporânea da Europa, procuramos não apenas conservar desenhos, maquetas, fotografias e outros documentos, mas preservar os processos de pensamento que lhes deram origem. Cada arquivo representa uma forma de olhar o território, de responder a problemas concretos e fornece uma inspiração para novas possibilidades.

O património arquitetónico não se esgota nos edifícios classificados ou nas obras consagradas. Não inclui apenas o que se vê à superfície e à volta dela, mas abarca também a tradição, os costumes, e é neste património imaterial que reside uma parte essencial da nossa capacidade de compreender a evolução das cidades e do território.

Portugal e Brasil partilham uma história profunda e cruzada. Também no domínio da arquitetura existe um diálogo que continua vivo através das pessoas, das instituições e das ideias. Esse diálogo é hoje mais importante do que nunca. Os desafios que hoje enfrentamos como a emergência climática, a pressão sobre os recursos naturais, a necessidade de reabilitação, exigem respostas construídas em cooperação.

Acreditamos que as instituições dedicadas à arquitetura têm uma responsabilidade crescente na aproximação entre a produção de conhecimento e as sociedades que servem. Não basta conservar; é necessário interpretar, refletir, comunicar e envolver.

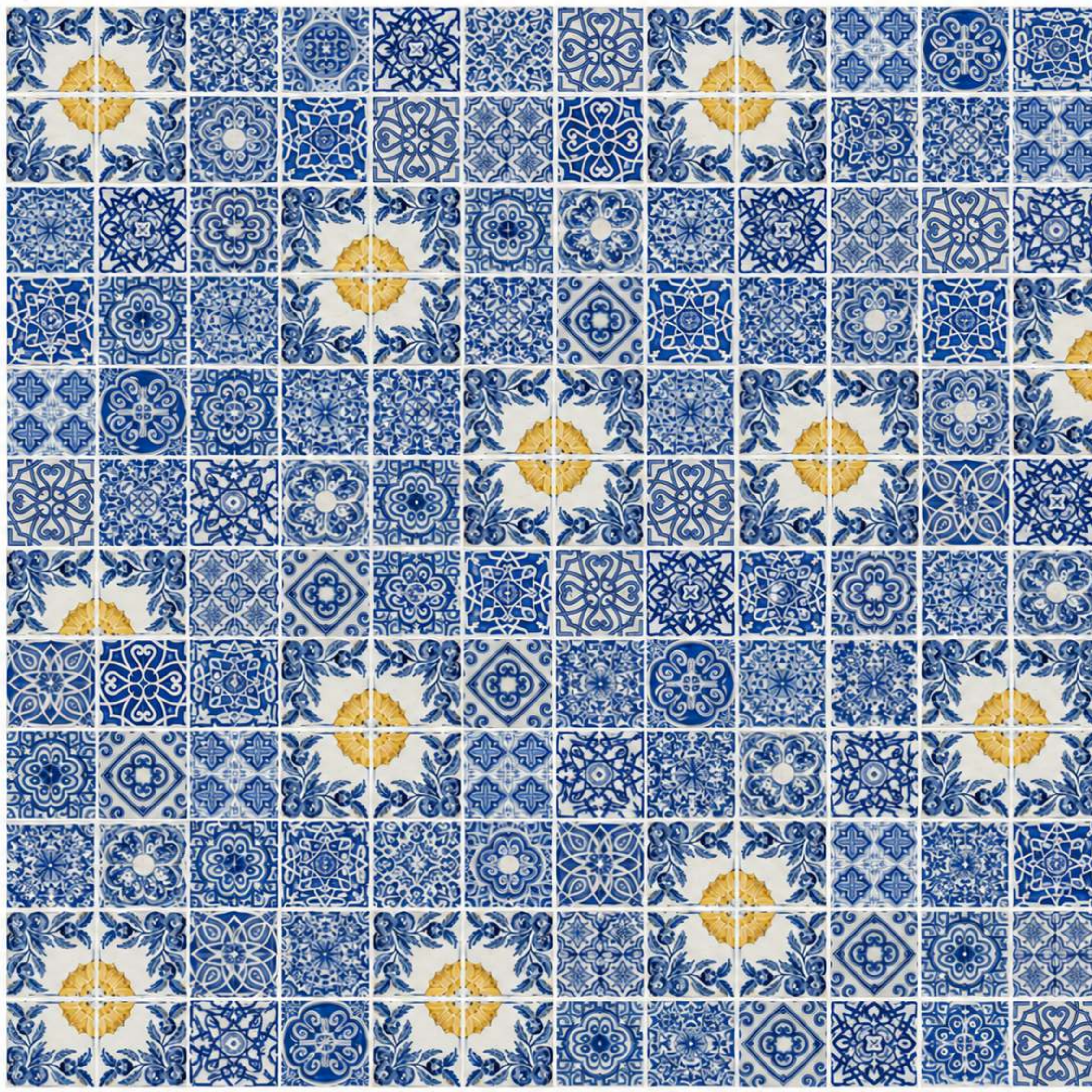
É por isso que a Casa da Arquitetura desenvolve exposições, programas educativos, debates, publicações, projetos de investigação e eventos internacionais que procuram tornar a arquitetura acessível a públicos cada vez mais alargados.

O património arquitetónico deve ser entendido como um recurso coletivo e um instrumento de cidadania. Conhecer a história dos lugares ajuda-nos a participar de forma mais consciente na sua transformação. Preservar significa garantir que a mudança acontece com conhecimento, responsabilidade e respeito pela memória.

Neste contexto, a colaboração internacional assume um papel decisivo. A circulação de arquivos, exposições, investigadores e projetos garante uma visão mais ampla da arquitetura e o respeito pelas especificidades de cada território. A cooperação entre Portugal e Brasil representa para a Casa da Arquitetura uma oportunidade extraordinária para aprofundar esse conhecimento comum e para reforçar redes de investigação, formação e divulgação.

Num tempo tão acelerado e polarizado como este que vivemos, preservar o património é também preservar a capacidade de imaginar futuros mais responsáveis e mais sustentáveis. É esta a missão a que a Casa da Arquitetura está dedicada.

Nuno Sampaio Diretor- *Executivo da Casa da Arquitetura*





Quando se aborda, no contexto brasileiro, o FIPA, impõe-se a necessidade de explicitação preliminar de sua natureza e de sua relevância no campo do patrimônio cultural. O Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico (FIPA) constitui-se como uma iniciativa acadêmico-institucional promovida por docentes portugueses e brasileiros, orientada à consolidação de redes internacionais de cooperação, à valorização da produção científica e à difusão de conhecimentos relativos aos processos de identificação, proteção, conservação e gestão do patrimônio cultural, compreendido em sua ampla complexidade material e imaterial.

Organizado em regime de alternância entre Portugal e Brasil, o FIPA terá sua edição de 2026 sediada em Florianópolis, configurando-se como um espaço privilegiado de encontro e debate no campo disciplinar. Trata-se de um evento que se insere em uma agenda contemporânea marcada pela crescente centralidade das questões relativas à sustentabilidade, à resiliência e à participação social na gestão do patrimônio cultural, bem como à sua articulação com desafios de escala planetária.

Nesse sentido, o FIPA estrutura-se como fórum de caráter interdisciplinar, reunindo pesquisadores e profissionais vinculados a distintas esferas institucionais — acadêmicas, técnicas e administrativas — em torno da apresentação de pesquisas e da construção coletiva de reflexão crítica. A cada edição, são propostos eixos temáticos que buscam responder a demandas emergentes do campo.

Para a edição de 2026, o tema definido — “Diversidade” — é operacionalizado por meio de quatro eixos analíticos complementares: (i) diversidade nas formas de manifestação do patrimônio cultural; (ii) diversidade nos métodos de diagnóstico de patologias edilícias; (iii) diversidade nas estratégias de adaptação e resiliência às mudanças climáticas; e (iv) diversidade nos critérios de avaliação de impactos ambientais. Tais eixos permitem abarcar um espectro ampliado de abordagens teóricas e metodológicas relacionadas às práticas de intervenção, interpretação e salvaguarda do patrimônio cultural.

Dessa forma, e na condição de participante histórico das edições do FIPA, registro votos de êxito à realização do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal, em sua edição de 2026.

Andrey Rosenthal Schlee, Prof. Titular da Universidade de Brasília.



São Luís, Cidade dos Azulejos: O Nascimento de um Museu Nacional

Em 2023, a Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), teve a honra de sediar a 9ª edição do Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil/Portugal. Sob o tema “Diversidade em Diálogos Permanentes”, o evento consolidou-se como um espaço de rico intercâmbio interdisciplinar, estreitando os laços e as trocas de experiências institucionais entre as duas nações.

Naquele momento, cruzávamos a linha de partida de um grande sonho coletivo: o início das obras de restauração do Palacete da Rua Formosa, edifício escolhido para abrigar o futuro Museu Nacional do Azulejo. Esse sonho é fruto de uma parceria entre a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico e o Instituto Pedra, com o apoio financeiro do BNDES e Instituto Cultural Vale, através da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet).

Na programação do 9º FIPA, os arquitetos, engenheiros e pesquisadores tiveram a oportunidade de visitar o início da obra de restauração do edifício do museu, uma construção da arquitetura tradicional portuguesa, com a tecnologia do sistema de gaiola pombalina. Passado três anos, a restauração do palacete foi finalizada e estamos montando o museu que tem a previsão de entrega em abril de 2027.

A vocação e desafios institucionais de um museu dedicado a um patrimônio de relevância pública carrega a missão de ser, simultaneamente, guardião, agente articulador e espaço de fruição cultural. O futuro Museu Nacional do Azulejo, hoje em fase de criação e implantação em São Luís, nasce pioneiro. Sua função museológica central será salvaguardar, pesquisar e difundir a riqueza azulejar brasileira.

A azulejaria é um fio condutor da história nacional. Ela conecta o patrimônio colonial de São Luís, Belém, Olinda, João Pessoa e Salvador à arquitetura modernista do Rio de Janeiro e de Brasília; estende-se dos ateliês populares do Nordeste às produções contemporâneas de alcance global. Diante dessa amplitude, o novo museu assume um compromisso estrutural com as múltiplas e diversas expressões dessa arte, equilibrando a singularidade local com uma legítima aspiração nacional.

No cenário internacional, o museu já colhe os primeiros frutos de sua articulação. Firmamos um acordo de cooperação com o prestigiado Museu Nacional do Azulejo de Lisboa (MNAz), cujo acervo — recebido em regime de comodato — integrará a nossa exposição de longa duração.

Como horizonte estratégico, a instituição projeta parcerias com comitês internacionais do Conselho Internacional de Museus (ICOM), com destaque para o ICDAD (Artes Decorativas e Design) e o ICOFOM (Museologia). O plano de expansão prevê, ainda, o estreitamento de laços com museus de cerâmica e azulejaria de referência em Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

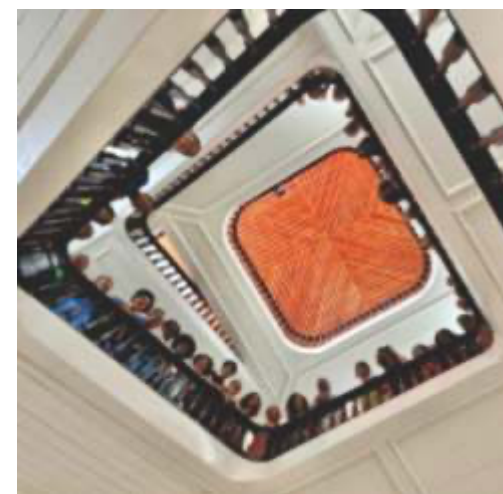
A escolha de São Luís como sede não é casual. O Centro Histórico da capital maranhense abrange uma área de aproximadamente 220 hectares e conta com cerca de 5.600 imóveis protegidos. É neste conjunto que se concentra a maior densidade de azulejos remanescentes dos períodos colonial e imperial no Brasil. Ao todo, são 423 imóveis catalogados com azulejos antigos aplicados em fachadas, tapetes, silhares, tarjas, painéis e adornos, além de 84 registros que misturam a tradição e a contemporaneidade.

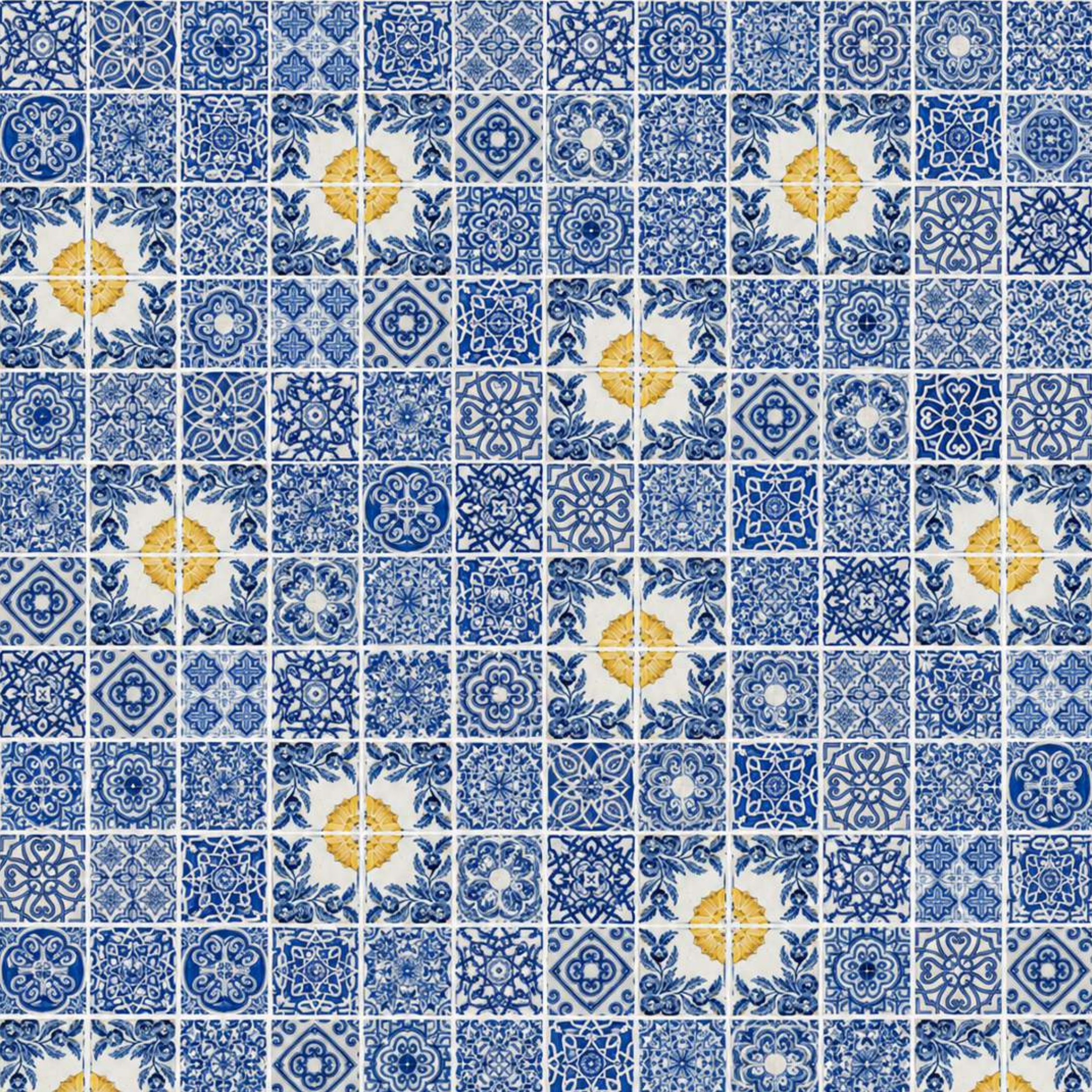
Apesar de sua magnitude, este acervo enfrenta severas ameaças. Fatores como infiltrações, vandalismo, ação de microrganismos, crescimento de vegetação urbana, insetos e a negligência — que se estende do abandono de proprietários à falta de continuidade nas decisões políticas — aceleram a perda desse patrimônio ao longo do tempo. A criação do museu surge, portanto, como uma resposta urgente e necessária a essa realidade.

Os azulejos estão intrinsecamente ligados à alma de nossa capital. Eles moldam a nossa identidade e justificam o título que carregamos com orgulho e responsabilidade perante o mundo: São Luís, a verdadeira Cidade dos Azulejos.

Por Kátia Bogéa

Presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís (FUMPH)





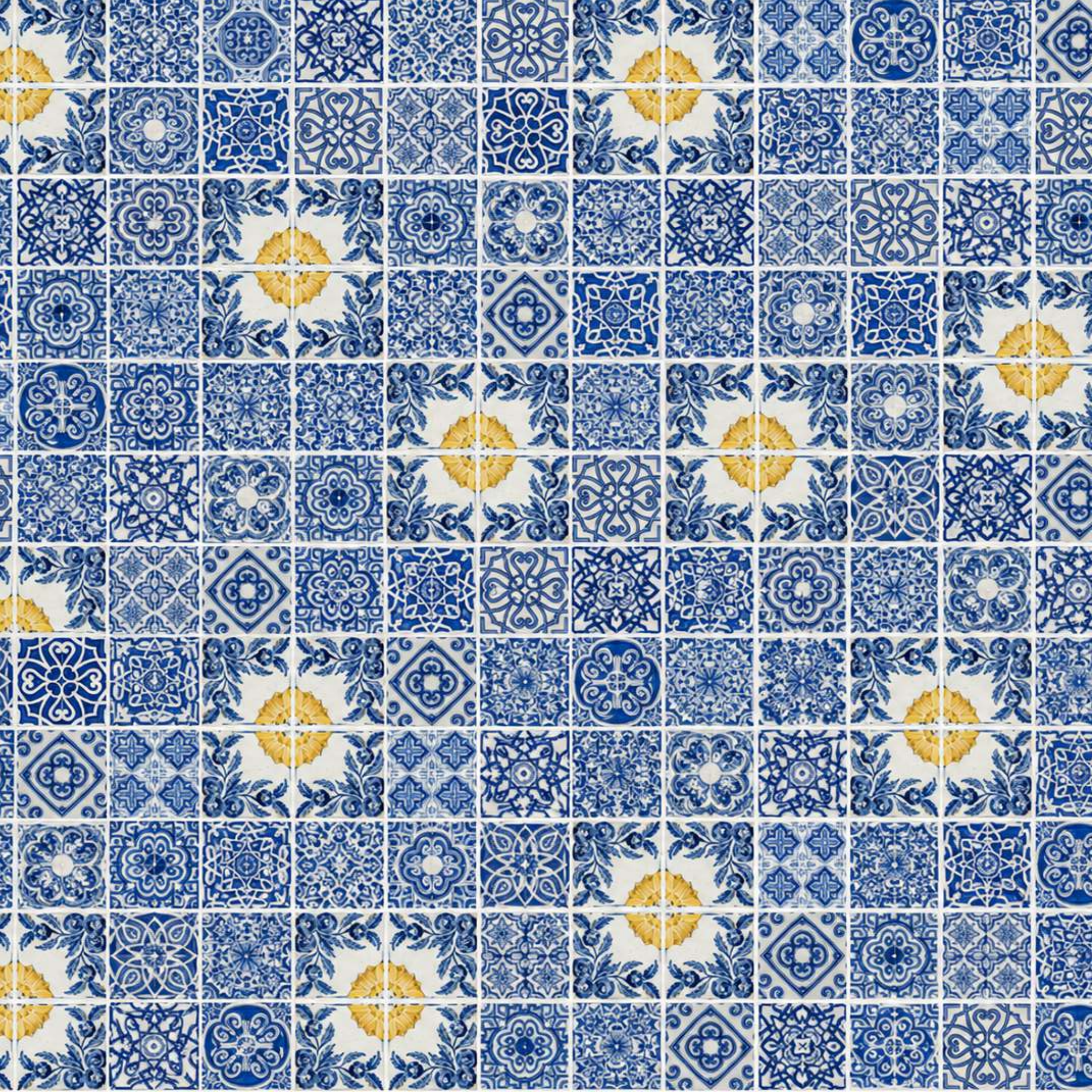
Todos os artigos presentes neste livro
são de inteira responsabilidade de seus autores.





EIXO 2

A DIVERSIDADE NAS FORMAS
DE DIAGNÓSTICO DAS
PATOLOGIAS EDILÍCIAS





Igreja Matriz de Pirenópolis, 20 anos após seu restauro: Novos desafios e novas perspectivas

Belisa Evangelista – FAUP, Porto, Portugal - belisaevangelista@gmail.com

Joaquim Teixeira – FAUP/CENP, Porto, Portugal - jteixeira@arq.up.pt

Resumo

O artigo reflete sobre o estado atual de conservação, uso e ocupação da Igreja Matriz de Pirenópolis, utilizando-se de cinco entrevistas de acordo com os princípios da história oral. Visa tanto contribuir para um futuro relatório de inspeção e diagnóstico do monumento, quanto demonstrar a validade desta metodologia na elaboração de diagnósticos.

Palavras-chave: Arquitetura luso-brasileira, História oral, Diagnóstico.

Introdução

Diante da problemática da conservação e gestão de monumentos religiosos da arquitetura luso-brasileira, este artigo investiga o estado atual da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis - Goiás, com o objetivo final de contribuir para um futuro relatório de inspeção e diagnóstico. Para isso, analisa-se o que ocorreu durante os vinte anos que se seguiram ao fim da obra de restauro da igreja, da qual a autora participou como arquiteta colaboradora residente, entre março de 2005 e julho de 2006. Dentro do eixo temático da diversidade nas formas de diagnóstico das patologias em edifícios históricos, o estudo a seguir visa ainda demonstrar a validade e a utilidade do método da história oral para a elaboração de diagnósticos do patrimônio edificado.

O cerne da metodologia empregada é a realização de entrevistas com os principais atores responsáveis pela intervenção e gestão do monumento, coletadas por videoconferência e transcritas de acordo com os princípios da história oral. As entrevistas demonstram a diversidade de pontos de vista e a necessidade de levá-los todos em consideração para se compreender os fatos e, assim, propor novas estratégias de intervenção. Esse material narrativo é tomado como uma das etapas da elaboração do diagnóstico, antecedendo a imprescindível inspeção in loco. A abordagem metodológica adotada permite elaborar um diagnóstico não apenas das manifestações patológicas do edifício, mas também das suas condições de uso e de ocupação.

O presente trabalho resulta de uma pesquisa desenvolvida atualmente no âmbito do Curso de Estudos Avançados em Patrimônio Arquitetônico, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. A opção pelo uso de entrevistas à distância, on line, decorre do fato da autora viver fora do Brasil, mostrando que a circunstância geográfica não é impeditiva para o desenvolvimento desta pesquisa.

Após uma síntese da evolução urbana de Pirenópolis e das transformações pelas quais a Igreja Matriz passou, do século XVIII aos dias atuais, faz-se o cruzamento das diferentes narrativas recolhidas e, então, avalia-se o seu estado atual de conservação, uso e ocupação. Assim, o artigo estrutura-se dentro do seguinte arco temporal: contextualização anterior ao incêndio (1727-2002); intervenção pós-incêndio (2002-2006); situação atual (2006-2026); e perspectivas para o futuro.

Contextualização do monumento

A Matriz de Pirenópolis, considerada o exemplo mais significativo de edificação em taipa de pilão no país, é testemunho do auge e do declínio da mineração no Brasil. Ela representa também a simplicidade, leveza e pureza características da arquitetura barroca brasileira que, em Goiás, mostra-se ainda mais despojada que no resto do país. Por esses motivos, a Matriz foi classificada como monumento nacional já em 1941, menos de quatro anos depois da criação do SPHAN. Isso significa que ela foi incluída na primeira fase da ação institucional no patrimônio brasileiro e atesta o seu alto valor histórico e estético.

Atualmente com cerca de 28.000 habitantes e extensão de 2.200 quilômetros quadrados, há três séculos Pirenópolis organiza toda a sua vida cultural no entorno da Igreja Matriz, principalmente a icônica Festa do Divino Espírito Santo. A fim de frear a descaracterização do conjunto arquitetônico, urbano e paisagístico cujo epicentro é a Matriz, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) classifica o centro histórico de Pirenópolis em 1990, com área de cerca de 17 hectares.

De acordo com Cavalcante e Cavalcante (2019) e Unes e Cavalcante (2008), a origem de Pirenópolis remonta a 1727 com a fundação do povoado de Meia Ponte, um acampamento de garimpeiros portugueses, que faziam parte da comitiva de bandeirantes liderados por Bartolomeu Bueno da Silva. Logo no ano seguinte, inicia-se a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, que irá estender-se até 1736. Entre 1743 e 1760, dá-se a construção das outras quatro igrejas de Meia Ponte.

Na segunda metade do século XVIII, ocorre um declínio da mineração do ouro, o que vai conduzir a um período de estagnação de Meia Ponte. Em contraposição, na primeira metade do século XIX, tem-se um período de crescimento econômico, graças à agricultura. Em 1851, inicia-se um novo período de retração econômica e estagnação urbana, devido ao deslocamento das rotas comerciais. A então vila de Meia Ponte é elevada à categoria de cidade em 1853 e, em 1890, passa a se chamar Pirenópolis, em referência à Serra dos Pireneus que a circunda.



A primeira grande intervenção na Igreja Matriz ocorre entre 1838 e 1842, em seguida ao desabamento do telhado sobre o altar-mor. É nesse período que se presume terem sido criados os retábulos laterais e colaterais. Em 1864, a pintura do forro da capela-mor completa o conjunto das obras de arte e acabamentos internos da igreja. A segunda grande intervenção, entre 1996 e 1999, abrange extensas obras de conservação arquitetônica e restauro artístico, sob a coordenação do arquiteto Silvio Cavalcante. Este coordena igualmente o restauro arquitetônico entre 2003 e 2006, após um trágico incêndio em 2002. Caso emblemático de restauro no Brasil, a reabilitação da Matriz foi distinguida em 2007 com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o mais alto grau de reconhecimento de uma ação patrimonial no país, concedido pelo IPHAN.

A intervenção pós-incêndio

Na madrugada de 5 de setembro de 2002, um incêndio destruiu todos os elementos artísticos e grande parte dos elementos arquitetônicos da Matriz. A polêmica que se instaurou reflete a dicotomia entre as teorias de Viollet-le-Duc e de Ruskin: restaurar o monumento e manter seu uso como igreja, ou preservar apenas as partes remanescentes e transformá-lo em algum tipo de espaço cultural? Uma reunião em nível nacional organizada pelo IPHAN legitimou a primeira opção, em razão da escuta popular, segundo Cavalcante e Cavalcante (2019).

Assim, a primeira medida emergencial foi a instalação de uma cobertura metálica com uma tela branca, a fim de proteger as paredes remanescentes em terra crua e restituir o volume da igreja na paisagem, em consideração ao significado social, simbólico e afetivo do monumento e seu entorno. Não havia mais dúvidas de que era necessário reprimar o exterior da igreja, rejeitando-se o ex novo. Em contrapartida, a equipe técnica não podia conceber a mesma solução para os elementos pictóricos e escultóricos que existiam no seu interior, o que constituiria um falso histórico e estético, nos termos de Brandi (1963).

Um dos elementos de destaque no restauro da Matriz foi o tratamento dos dois nichos onde antes existiam retábulos em talha dourada. A taipa subsistente do incêndio, consolidada, permaneceu aparente nessas duas faixas, como um rasgo do piso ao forro, mantendo a sua função de suporte das imagens religiosas. A base em cantaria original também ficou exposta em todo o perímetro interno e externo. No antigo consistório, que passou a abrigar o Museu Memória da Matriz, a maior das quatro paredes também foi mantida sem reboco, com a taipa original sobrevivente a narrar, ela própria, a história do edifício.

Quanto ao arco-cruzeiro, este foi reinterpretado em linguagem contemporânea, claramente distinguido das paredes originais, sem, todavia, recorrer ao uso de um material moderno. Na sua forma geométrica pura, o novo arco em madeira autoportante integra-se harmoniosamente no conjunto, numa dialética sutil entre o novo e o antigo, em ressonância com a teoria brandiana e com os artigos 12º e 13º da Carta de Veneza (1964).

Uma situação inusitada foi a decisão de reutilizar as peças do retábulo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em 1743-47 pelos escravos da cidade para eles próprios. Com a destruição da igreja no início do século XX, apenas o seu retábulo-mor foi preservado e estocado. Como um grande quebra-cabeça, os fragmentos do retábulo dos pretos foram recompostos em 2005 no altar-mor da Matriz, numa espécie de anastilose.

É interessante estabelecer um paralelo entre a reabilitação da Matriz e dois exemplos paradigmáticos de intervenção em monumentos religiosos pós-incêndio. O primeiro deles é a Igreja Santa Chiara em Nápoles, que teve toda a sua ornamentação barroca consumida pelo fogo, após ter sido bombardeada na Segunda Guerra, fazendo emergir a sua antiga ossatura gótica. Tanto na Matriz como em Santa Chiara, optou-se por evitar a falsa reprodução dos elementos artísticos no interior, que ressurgiu mais sóbrio e despojado. Ambas transcendem a teoria de Brandi (1963), taxativamente contrário às reconstruções integrais, e trazem à tona a ideia de Pane (1987) de que a reconstrução arquitetônica é justificável em certos casos.

O segundo exemplo é a catedral de Notre-Dame de Paris, vítima de um incêndio em 2019. São encontradas diversas correspondências entre ambos os restauros: emprego dos materiais de origem; criação de uma estrutura metálica independente, de proteção emergencial; manutenção do uso como local de culto de grande importância religiosa; e uma intensa participação da sociedade nos debates teórico-conceituais. Paradoxalmente, nos dois casos, um incêndio devastador tornou-se uma oportunidade única de se descobrir o sistema construtivo e de se resgatar técnicas ancestrais para a sua reconstrução fiel.

Síntese das entrevistas

Todo o conteúdo desta seção provém das informações verbais concedidas à autora entre janeiro e março de 2026. De acordo com Walter Vilhena¹, a manutenção da Igreja Matriz foi constante na primeira década pós-restauro. Apesar de não ter voltado à cidade na segunda década pós-restauro, ele acredita que não houve nenhuma alteração no monumento. Em 30 anos de experiência em obras de intervenção patrimonial, Walter Vilhena¹ observou que os danos e anomalias sempre têm origem na falta de manutenção da pintura e do telhado. Portanto, os principais fatores de vulnerabilidade do monumento hoje são o telhado e o revestimento externo, elementos fundamentais de proteção das alvenarias de taipa. Nesse sentido, Rondinelli Santana² informa que a iniciativa privada patrocinou a pintura interna e externa da igreja, que estava bastante deteriorada.

Segundo Silvio Cavalcante³, quem se ocupa da manutenção cotidiana da igreja é o sacristão, por conta própria e com cuidado. No entanto, nenhum membro da equipe paroquial participou de cursos de capacitação para esta função, contrariando uma das preconizações do Manual de Conservação e Manutenção do Edifício, entregue à Diocese na ocasião da reinauguração da igreja.

Wagner Matias⁴ corrobora com a avaliação positiva do estado geral de conservação da Igreja Matriz. Ele destaca também que as boas decisões técnicas tomadas e os bons materiais empregados no restauro pós-incêndio contribuem largamente para o bom estado atual do monumento. No entanto, ele constata que a igreja precisa de mais manutenção.

Quanto ao *retábulo dos pretos* (figura 3), Wagner Matias⁴ avalia que seu estado de conservação é razoável, principalmente devido ao material construtivo, provavelmente cedro, uma madeira local de excelente qualidade, pouco suscetível ao cupim. Todavia, o restaurador preconiza as seguintes medidas: limpeza cuidadosa das peças; fixação da policromia; execução de reintegração, nivelamento e douramento em determinados pontos.

A taipa deixada à mostra, na parede do atual Museu da Matriz (figura 1), havia sido consolidada em 2003-2006 com uso de álcool polivinílico, por orientação de Wagner Matias⁴. Por isso, a terra continua estável e a parede está em boas condições, o que é confirmado por Augusto Gonçalves⁵. Este último sustenta que não encontrou nenhum dano no edifício desde que assumiu a função de pároco, em 2015. Apenas as seguintes ações foram necessárias: (1) refazer a pintura duas vezes, a última em 2025; (2) substituir os dois sinos, devido à falha do sistema de automação; (3) tratar a terra para auxiliar a fixação dos novos retábulos, após visita do IPHAN nacional; e (4) fazer inspeções e manutenções regulares no telhado, a fim de reposicionar e amarrar algumas telhas deslocadas com as intempéries.

Walter Vilhena¹ rememora que no restauro de 1996-1999, as telhas substituídas ainda eram telhas capa-canal de fabricação artesanal. Com a destruição total do telhado pelo incêndio, o engenheiro encomendou pessoalmente as novas telhas, sob medida, numa fábrica em Minas Gerais. Enquanto a telha capa-canal padrão do comércio tem entre 35 e 38 centímetros de comprimento, a telha da Matriz tem 55 centímetros de comprimento e cerca de 20 centímetros de largura, com o intuito de conferir ao novo telhado o aspecto do telhado colonial.

Quanto ao Manual de Conservação e Manutenção do Edifício, Silvio Cavalcante³ classifica-o como “letra morta”. Tal conclusão é confirmada por Augusto Gonçalves⁵, ao assumir não ter conhecimento desse documento. Ademais, a recomendação contida no Manual de se criar uma comissão responsável pela manutenção e conservação do edifício nunca foi posta em prática.

O recente restauro das imagens configura um trabalho relevante. Rondinelli Santana² relata que uma pessoa da comunidade tomou a iniciativa de pintar a imagem de Nossa Senhora das Dores, descaracterizando-a. Após protestos populares e repercussão nacional, o IPHAN interveio e contratou uma especialista do Rio de Janeiro para reverter a situação e restaurar outras imagens.

É evidente que a principal transformação na Igreja Matriz desde 2006 consiste na execução dos novos retábulos laterais e do arco cruzeiro, autorizada pelo IPHAN em 2025 (figura 2). Eles foram confiados ao escultor local José Dagmauro e não se sabe ainda se ficarão em madeira aparente ou se serão pintados. A controvérsia em torno desse tema foi amplamente discutida nas entrevistas.

Silvio Cavalcante³ forneceu à igreja toda a documentação fotográfica dos antigos retábulos. Ele reitera a sua postura teórico-conceitual, desde o início radicalmente contra replicar-se as obras de arte desaparecidas da Matriz. Todavia, hoje, diante do incômodo da comunidade culminando na decisão de se produzirem as réplicas, ele mudou a sua posição face ao problema, e concluiu que a voz da comunidade local deve prevalecer.

Esse é o ponto de vista de Wagner Matias⁴. Ele avalia que o serviço e o material são de boa qualidade e que existem na região bons entalhadores, policromadores e douradores. No caso dos altares laterais, tem-se fotografias detalhadas das peças originais e registros nas paredes dos pontos de fixação, ou seja, pode-se calcular exatamente as suas dimensões e proporções. Em suma, ele defende a reprodução de qualquer elemento artístico do qual exista documentação, contanto que o público seja informado de que se trata de uma réplica.

O restaurador pondera que existem outras correntes de pensamento, daí a dificuldade de se chegar a um consenso. Não se pode esquecer, entretanto, que o monumento pertence à sociedade pirenopolina. O conhecimento acadêmico deve alinhar-se com o que as pessoas almejam e convergir para atender à necessidade local, posto que a igreja não é apenas um ponto turístico.

Rondinelli Santana² representa tal comunidade, composta de pessoas que, como ele, têm essa igreja como extensão de suas próprias casas. Ele nota que o caráter de monumento religioso sobrepõe-se ao de monumento histórico. A Matriz é um símbolo cultural muito forte, enraizado na vida de toda a população, católica ou não, pois todas as atividades culturais da cidade são feitas em volta da igreja. Portanto, o entrevistado confirma o consenso entre os paroquianos na busca por restabelecer plenamente o interior da igreja.

Augusto Gonçalves⁵ compartilha desse desejo da comunidade, em respeito à sua memória afetiva. O pároco acrescenta que tal ponto de vista é respaldado pela Carta de Burra. Apesar de almejar a substituição do *retábulo dos pretos*, ele compreende o seu valor simbólico e artístico. Por fim, ele garante que a sala do Museu permanecerá como está, porque ali, contrariamente à nave, a exposição da taipa é pertinente (figura 1).



Figura 1. Museu da Matriz
Fonte: Lisaura Cronemberger
(jan. 2026)



Figura 2. Novo retábulo
Fonte: Silvio Cavalcante
(set. 2025)



Figura 3. Capela-mor
Fonte: L.C. Cronemberger
(jan. 2026)

Análise e interpretação das entrevistas

As entrevistas de história oral permitiram extrapolar uma simples coleta de dados, ao produzir narrativas de experiências que garantiram a pluralidade de pontos de vista da pesquisa. Com o cruzamento dos cinco relatos, depreende-se que o estado geral de conservação da Igreja Matriz é bom e chega-se a um mapeamento das continuidades e rupturas no período estudado: não foram constatadas patologias e a intervenção mais notável foi a pintura externa e interna. Existem controvérsias, no entanto, relativas à gestão do monumento.

Primeiramente, o Manual de Conservação e Manutenção do Edifício nunca foi utilizado. Em segundo lugar, ao passo que os técnicos afirmam que a manutenção é insuficiente, os representantes da igreja a consideram regular e satisfatória. Enfim, estes últimos manifestam ressentimento em relação aos primeiros no que tange aos elementos artísticos.

De fato, a comunidade paroquial nunca aceitou os nichos dos retábulos em taipa aparente, vistos como feridas abertas e não como cicatrizes. A ausência dos demais elementos também não é admitida. Com a atual execução das réplicas, foi revertido um dos principais eixos projetuais que guiaram a equipe técnica durante a intervenção de 2003-2006.

Por outro lado, essa decisão encontra respaldo na Carta de Nara (1994), afinal, “a responsabilidade pelo patrimônio cultural e pela sua gestão pertence, em primeiro lugar, à comunidade que o gerou ou àquela que o preserva”. O caso da Matriz demonstra que a avaliação da autenticidade dos bens culturais não pode ser restringida a “critérios imutáveis”, mas deve considerar, ao contrário, “critérios adaptados aos seus contextos culturais”. A Matriz ilustra ainda a preconização da Carta de Burra (1999) de que “a conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais”.

Portanto, a gestão da Matriz estabelece a harmonia entre preservar a memória da história do monumento e suprir as necessidades do presente, ou seja, a demanda da comunidade local. Em suma, ela evidencia que é impossível seguir regras fixas da teoria patrimonial, sendo cada monumento um caso único.

Considerações finais

A partir dos resultados acima, propõem-se três linhas de ação.

1. Com o objetivo de obter-se um diagnóstico aprofundado do estado atual de conservação da Matriz, um mapa de danos deverá ser elaborado. Por mais que os entrevistados não tenham mencionado danos ou patologias, é preciso verificar *in situ* se existem perdas de elementos, destacamentos, deformações, desagregações, fissurações, vandalismo etc. Faz-se necessário igualmente verificar as medidas de segurança contra incêndio.

2. O Manual de Conservação e Manutenção do Edifício é um documento que merece ser resgatado, revisado e ter suas recomendações postas em prática. O presente estudo reitera, por exemplo, a importância estratégica da capacitação técnica e da educação patrimonial dos funcionários e membros da comunidade paroquial para a preservação da Igreja Matriz.

3. A fim de atender à expectativa da comunidade e, ao mesmo tempo, imprimir marcas de contemporaneidade na reabilitação da Matriz, sugere-se a organização de um concurso público nacional para escolher as melhores propostas para o novo retábulo-mor e para a nova pintura do forro do altar-mor. O objetivo é concebê-los como releitura e não como réplica, com base na simplificação geométrica da obra de arte original, em linguagem contemporânea.

O presente artigo mostrou-se como uma contribuição inicial para a discussão metodológica sobre a legitimidade da história oral para a elaboração de diagnósticos no contexto patrimonial, tema frutuoso para futuras pesquisas.

Agradecimentos

Os autores agradecem a disponibilidade manifestada pelos cinco entrevistados e pelos autores das fotografias cedidas, assim como o material documental fornecido pelo IPHAN - Goiás.

Notas

¹ Entrevista concedida à autora pelo engenheiro Walter Vilhena Valio, por videoconferência via WhatsApp, duração 15 min., 31 jan. 2026.

² Entrevista concedida à autora pelo paroquiano Rondinelli Santana de Melo, por videoconferência via WhatsApp, duração 18 min., 7 jan. 2026.

³ Entrevista concedida à autora pelo arquiteto Silvio Cavalcante, por videoconferência via WhatsApp, duração 20 min., 12 mar. 2026.

⁴ Entrevista concedida à autora pelo restaurador Wagner Matias de Sousa, por videoconferência via Google Meets, duração 22 min., 7 jan. 2026.

⁵ Entrevista concedida à autora pelo Padre Augusto Gonçalves Pereira, por videoconferência via WhatsApp, duração 20 min., 26 mar. 2026.

Referências

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de História Oral. História Oral, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BIANCAMANO, Vincenzo. Santa Chiara a Napoli: Rinascere dalle ceneri. Il Restauro Architettonico, podcast, 27 abr. 2025. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/5TLn1rjbhJ0IJXOgAcVqqF?si=kci3sZSPRIGmP_g8081byA. Acesso em: 1º jan. 2026.

BONELLI, Renato. Architettura e restauro. Venezia: Neri Pozza Editore, 1959.

BRANDI, Cesare. Teoría de la restauración. Madrid: Alianza Editorial, 1988. (Obra originalmente publicada em 1963).

CARTA DE BURRA. Carta do ICOMOS Austrália para a conservação dos sítios com significado cultural. Burra: ICOMOS Austrália, 1999.

CARTA DE NARA. Autenticidade de acordo com a convenção do património mundial. Nara: Conferência de Nara sobre a Autenticidade, 1994.

CARTA DE VENEZA. Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios. Venezia: II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, 1964.

CAVALCANTE, Silvio, CAVALCANTE, Neusa. Barro, madeira e pedra: Patrimônios de Pirenópolis. 2a ed. Brasília: IPHAN, 2019.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora Unesp, 2001. (Obra originalmente publicada em 1992).

CHOAY, Françoise. Le Patrimoine en questions - Anthologie pour un combat. Paris: [Le Seuil, 2019](#).

MANUAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EDIFÍCIO – IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. Pirenópolis: Projectus Ltda; Escritório Técnico do IPHAN em Pirenópolis; Construtora Biapó Ltda, 2006. Documento técnico interno, não publicado.

PANE, Roberto. Attualità e dialettica del restauro. Chieti: Marino Solfanelli Editore, 1987.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. (Obra originalmente publicada em 1849).

SANTHIAGO, Ricardo, MAGALHÃES, Valéria B. de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. Anos 90, Porto Alegre, v. 27 – e2020011, 2020.

UNES, Wolney, CAVALCANTE, Silvio. Fênix: Restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis. Goiânia: ICBC, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. Restauração. 3a ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2006. (Obra originalmente publicada em 1854).

ORGANIZADORES:



CIU/SC CIU/BR

universidade de aveiro
theoria poiesis praxis



ciceco
instituto de materiais de aveiro

universidade de aveiro



demac
departamento de engenharia
de materiais e cerâmica



ARQUITETURA | ENGENHARIA | CULTURA



PARCERIA INSTITUCIONAL



MINISTÉRIO DA
CULTURA



CIU/SC

CIU/BR



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMONIO
CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural



ROTA DO
ROMÂNICO



APOIO INSTITUCIONAL
INSTITUTIONAL SUPPORT



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL



ICOMOS
Brasil



casa
da arquitetura



INSTITUTO
pedra

instituto_
vassouras_
cultural

estúdio
Sarasá



TICCIH
The International Committee for the
Documentation of the International Congress
of Historical Monuments - 1964/1966



APOIO DE MÍDIA
MEDIA SUPPORT





Ponte Hercílio Luz – Florianópolis / Santa Catarina – Brasil

Organizadores:



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis



ciceco
instituto de materiais de aveiro

universidade de aveiro



demac
departamento de engenharia
de materiais e cerâmica



ISBN: 978-65-02-33605-2



9 786502 336052